



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
e Relações do Trabalho - SEDERT

São Caetano do Sul, 17 de agosto de 2009.

Ofício nº 177/09.

At. Sr. Ismael Gílio
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Prezado senhor,

Vimos por meio desta encaminhar material utilizado pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, para disseminação da Experiência do MEI na cidade.

Este passo a passo foi desenvolvido pela Secretaria e entregue na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC para as cidades participantes, a fim de apoiar os municípios da região no processo de adequação necessária.

Tal material também será disponibilizado às cidades participantes do Programa Estadual de Desburocratização, e para outras prefeituras que busquem apoio ao desenvolvimento da categoria MEI em suas cidades.

As prestações de contas ao BID quanto a esta ação serão realizadas em momento oportuno. Este material está sendo encaminhado previamente à sua pessoa devido à urgência e importância do tema no país, e a forma como o senhor poderá ser um multiplicador destas informações no contexto nacional.

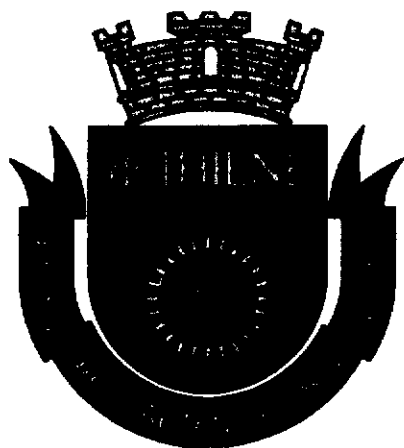
Sem mais, renovamos protestos de consideração e estima.

Cordialmente,

Celso Amâncio
Secretário de Desenvolvimento Econômico e
Relações do Trabalho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho
SEDERT



Material de Apoio para Viabilização do Cadastramento da Categoria MEI nos municípios

Julho de 2009

Material Produzido por:

SEDERT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Programa de Simplificação da Tramitação de Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul – Fundo Multilateral de Investimento / Banco Interamericano de Desenvolvimento

APRESENTAÇÃO

Prezados Municípios;

Este material que ora apresentamos é o resultado de uma grande ação de política pública voltado para o desenvolvimento econômico e social, implantado pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, com o objetivo de gerar condições favoráveis para o cadastramento da nova categoria jurídica do MEI – Micro Empreendedor Individual – no município.

A SEDERT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho de São Caetano do Sul, sistematizou um passo a passo de uma metodologia comprovadamente eficiente para a implantação de um sistema de cadastramento para a nova categoria, envolvendo assuntos jurídicos, de tributação, administrativos e organizacionais. Este passo a passo foi totalmente baseado na experiência doméstica, em como foi o processo em São Caetano do Sul. Desta forma, para melhor entendimento e ilustração das informações do passo a passo, exemplos do que ocorreu em nosso município serão constantemente citados.

Com mais esta ação, visamos o desenvolvimento de nossa região, além do desenvolvimento do próprio país como um todo. Além disso, com a disseminação do projeto desenvolvido no município cumprimos também as exigências do “Programa de Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul”, convênio firmado entre Prefeitura de São Caetano e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que teve papel importante no desenvolvimento dos trabalhos na cidade.

Esperamos que este material venha ao encontro de suas necessidades e possa ser usado como apoio ao desenvolvimento econômico e social de suas cidades.

Equipe SEDERT

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
PASSO 1 – ENTENDER O QUE É O MEI	7
A – Por Que Da Nova Categoria	7
PASSO 2 – ORGANIZANDO AS INSTÂNCIAS MUNICIPAIS	8
PASSO 3 – ESTRUTURANDO O SISTEMA JURÍDICO	10
A - Compreender o Cenário Jurídico	10
B - Adequar Sistema Jurídico Municipal	14
PASSO 4 – ADAPTAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA	15
PASSO 5 – BUSCAR O PÚBLICO ALVO	17
PASSO 6 – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO COM CONTADORES	18
PASSO 8 –DISSEMINAÇÃO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
ANEXO 1 – Lei Municipal nº 4.651 de 04 de junho de 2009	22
ANEXO 2 – Decreto Municipal nº 9.725 de 16 de junho de 2008	25
ANEXO 3 – Lei Municipal nº 4.660 de 25 de junho de 2008	28
ANEXO 4 – Termo de Adesão	43
ANEXO 5 – Apostilas Certificações Práticas Sanitárias	46
ANEXO 6 – Apostila Certificações Gestão de Negócios	47



PASSO 1 – ENTENDER O QUE É O MEI

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar 02/07, que faz ajustes à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, também conhecida como Lei do Super simples.

Formalização: Criação do Micro empreendedor Individual, com receita bruta de R\$ 36.000,00/ano e que recolherá valores fixos de R\$ 51,15 (11% do salário mínimo) para o INSS, R\$ 1,00 a título de ICMS e R\$ 5,00 a título de ISS, quando for o caso. Isenção dos demais tributos.

Está limitado a um empregado, que deverá ter retido o valor de 8% sobre um salário-mínimo (ou piso salarial da categoria) e o MEI complementar com mais 3%. A Inscrição será simplificada, havendo também a dispensa de contabilidade.

A categoria MEI entrou em vigor no dia 1º de julho de 2009, e muitas mudanças na administração municipal são necessárias para viabilizar de forma plena a atuação do MEI.

A – O Porquê da Nova Categoria ¹

O número de pessoas trabalhando na informalidade - sem contrato nem seguridade social - no mundo todo atingiu 1,8 bilhão, mais da metade da força de trabalho mundial, o que pode agravar a situação dos países mais pobres, segundo estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado nesta quarta-feira (8/04/2009).

Nosso país se situa no 9º lugar da informalidade, pelo qual quase 40% da renda nacional bruta provém da economia não declarada.

O PIB da economia informal se expande, desviando bilhões de reais dos cofres públicos e inserindo o País no ranking da desorganização produtiva. Com uma redução de não mais que 20% na economia informal, poderíamos elevar a taxa de crescimento da economia em pelo menos 15 pontos percentual, segundo cálculos da consultoria

¹ Fontes de pesquisa: Uniersia; Jornal Estadão; Visão do Empreendedor – Sebrae-RJ; Pequenas Empresas, Grandes Negócios; e Globo.com.

McKinsey. O tamanho do rombo na economia pode ser avaliado pela existência de cerca de 11 milhões de empreendimentos informais, mais que o dobro dos 5 milhões de micro e pequenas empresas formais com registro nas juntas comerciais. Desta maneira, os esforços em criar e ampliar controles, como Nota Fiscal Eletrônica, Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e outros, são ações que visam corrigir o problema.

De acordo com o ministro da Previdência Social, José Pimentel, cerca de quatro milhões de trabalhadores será trazido à formalidade e beneficiados com a criação da categoria "Micro Empreendedor Individual". "A intenção é cada vez mais fazer a inclusão previdenciária e criar uma grande rede de proteção nacional. Hoje esses trabalhadores, quando adoecem, não têm qualquer proteção. Quando chegam à terceira idade ficam dependendo da lei orgânica da assistência social. Queremos dar dignidade e cidadania com esse processo".

Viabilizando a formalidade, a Lei Federal nº123/06 contempla diferentes benefícios:

- Inclusão Previdenciária.
- Dignidade e Cidadania.
- Unido ao CNPJ, o MEI poderá fazer empréstimos em bancos e participar de licitações.
- Elevar ou conquistar sua auto-estima, porque o MEI certamente trará, entre tantos outros benefícios, o sentimento positivo de participação social.
- A formalização possibilitará ganho econômico com o desenvolvimento do novo empreendedor, conseqüentemente, abrirá uma vaga para um brasileiro desempregado, contribuindo assim com que se torne, no futuro, uma empresa nos moldes tradicionais.

PASSO 2 – ORGANIZANDO AS INSTÂNCIAS MUNICIPAIS

A experiência da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul revelou que a integração entre as instâncias internas da máquina administrativa foi fundamental para a realização das ações necessárias para o desenvolvimento do processo de cadastramento da categoria MEI de forma plena.

Devido a grande gama de ações necessárias, envolvendo instâncias municipais diferenciadas, e também às características já sabidas da segmentação das administrações municipais, uma ação em conjunto, com co-responsabilidade nas ações (e não simplesmente um sistema hierarquizado tradicional), viabiliza resultados mais concretos e rápidos.



São Caetano do Sul, por iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho, convidou outras instâncias municipais para participar de um grupo denominado

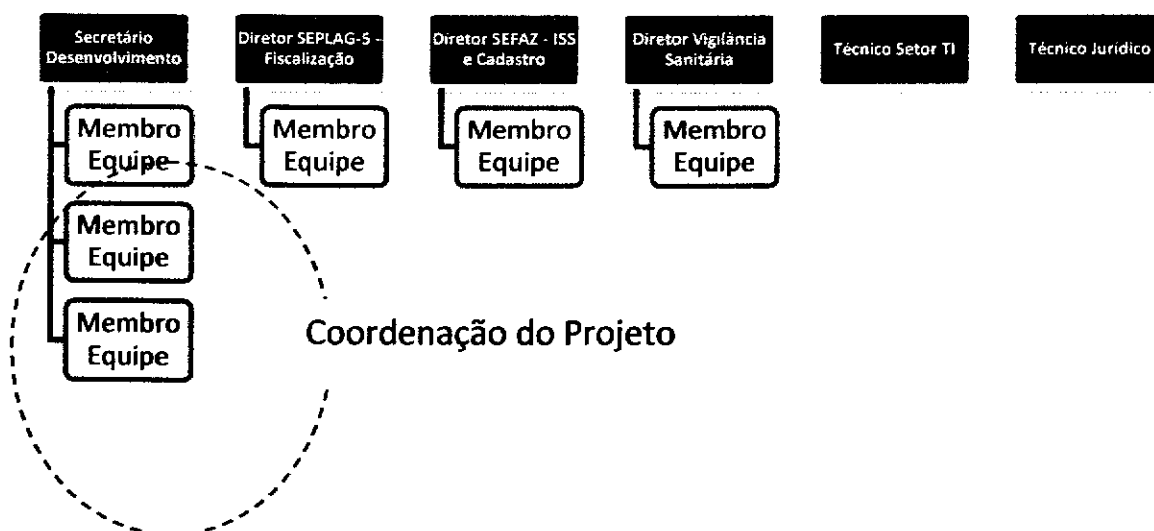
“Grupo de Trabalho”, a fim de discutir e alinhar ações que envolvessem a atuação de vários órgãos da cidade. O grupo que foi instituído para debater as mais diversas questões, entre maio e junho foi totalmente envolvido pelo debate sobre o MEI devido prazos e importância do tema. Participam deste grupo:

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho
- Secretaria da Fazenda – Setor ISS e Cadastro
- Secretaria de Planejamento e Gestão – Setor de Fiscalização e setor de TI
- Secretaria da Saúde – Setor da Vigilância Sanitária
- Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Todas as ações desenvolvidas em relação ao MEI em São Caetano do Sul (exceto as adaptações das leis, que foram feitas anteriormente à formação do Grupo) surgiram nas reuniões deste grupo. A co-responsabilidade gerou comprometimento dos membros do grupo, e desta forma as ações individuais puderam ser realizadas com o respaldo do grupo como um todo.

Para as cidades que necessitam realizar todas as adaptações, a formação de um grupo ou fórum trará muito mais agilidade e eficiência na implantação das adaptações, evitando situações em que o próprio prefeito tenha que interferir para que as ações sejam desenvolvidas, em um tema que navega sobre a esfera administrativa.

Na organização deste grupo, existe a necessidade de um ou dois membros exercerem o papel claro de coordenadores (não do grupo, mas dos assuntos relacionados ao MEI), coordenadores técnicos, para direcionar esforços, documentar fatos, desenvolver metodologia de atuação. No caso de São Caetano do Sul, foi usado o seguinte modelo:



Em estruturas administrativas que possuem secretarias ou diretorias de governo, ou seja, alguma instância responsável pelo alinhamento das ações, administração e controle interno, é fundamental que esta também participe deste grupo.

No caso de São Caetano do Sul, os coordenadores do projeto estavam no desenvolvimento econômico pelo fato da Secretaria ter interesse especial neste trabalho, além de possuir membros com experiência em desenvolvimento de Projetos. Os trabalhos do MEI foram desenvolvidos dentro de padrões e metodologias referentes à gestão de projetos, e por conta disso hoje possui elementos para elaborar um manual como este.

Este grupo será responsável pelo planejamento de ações que poderão ser desenvolvidas para apoio à categoria MEI (cursos, capacitações, entre outros), e estabelecer quais as características e diferenciais que este cadastramento poderá ter no município.

PASSO 3 – ESTRUTURANDO O SISTEMA JURÍDICO

A - Compreender o Cenário Jurídico

Antes do município estruturar seu sistema jurídico para adequar-se à nova categoria MEI, é necessário que sua instância jurídica tenha plena consciência de que as instâncias estaduais e federais já possuem um grande emaranhado de normativas tratando sobre o assunto. Tais normativas tratam desde princípios até quais as atividades previstas para a nova categoria. Desta forma, as adaptações necessárias no sistema municipal de leis não terão necessidades de tratar de pontos já estabelecidos, mas sim trazer para seu texto as citações relevantes.

Este manual irá relacionar os códigos, leis, decretos e resoluções que foram desenvolvidas e aprovadas até o dia 30 de junho de 2009 (fora do âmbito municipal).

PRINCÍPIOS

A Constituição Federal, artigo 170, estipula:

- redução das desigualdades regionais e sociais;
- busca do pleno emprego;
- tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.



TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO AO PEQUENO EMPRESÁRIO

O **Artigo 970 do Código Civil de 2002** assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado (...) ao pequeno empresário.

CONTABILIDADE DIFERENCIADA MEI

O **Artigo 1.179 do Código civil de 2002** obriga os empresários a seguir um sistema de contabilidade, (...), com base na escrituração uniforme de seus livros, (...) e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

- O **Parágrafo 2º deste mesmo artigo** dispensa o pequeno empresário a tais obrigações.
-

DEFINIÇÃO - PEQUENO EMPRESÁRIO

A **Lei Geral (Lei Complementar 123/ 2006), Artigo 68**. Considera o pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

DEFINIÇÃO MEI – EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A **Lei Geral (Lei Complementar 123/ 2006), Artigo 18-A, Parágrafo 1º**, DEFINE O MEI: É o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00, optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista na norma legal

EMPREGADO DO MEI

Lei Complementar 128/2008, Artigo 18: Admite-se o enquadramento do empreendimento que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

FORMA DE CONTABILIDADE MEI

Resolução nº 10 de 2007, art. 7º (Resolução nº 53 de 2008): o empreendedor individual- fará a comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços de que trata o Anexo Único da Resolução nº 10 de 2007.

USO DE LIVROS FISCAIS

O art. 3º da Resolução CGSN nº 10 de 2007 dispensa o MEI dos livros fiscais e comerciais:

I - Livro Caixa;

II - Livro Registro de Inventário;

III - Livro Registro de Entradas, modelo 1 ou 1-A;

IV - Livro Registro dos Serviços Prestados;

V - Livro Registro de Serviços Tomados;

VI - Livro de Registro de Entrada e Saída de Selo de Controle;

VII - Livro Diário;

VIII - Livro Razão.

INSCRIÇÃO DIFERENCIADA MEI

O Artigo 4º, § 1º, 2º e 3º, estipula que o MEI deverá ter trâmite especial opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

O REGISTRO DO MEI E OS CONTABILISTAS

Lei Complementar nº 128 de 2008: reduzidos a ZERO os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro.

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO



Lei Complementar nº 128 de 2008, Artigo 7º: Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, permitindo o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

O Município poderá conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o MEI, para a ME e EPP:

I – instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou

II – em residência do MEI ou do titular ou sócio da ME ou EPP, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas. Deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

ORIGEM DO TERMO MEI

Lei Geral Paulista, Decreto nº 52.228, de 5 de outubro de 2007, Cria a figura do Micro empreendedor Individual – MEI

INSTITUIÇÃO DO MEI

Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, que institui a figura jurídica do MEI no país

CÓDIGOS (CNAES) PERMITIDOS PARA OS MEI

Anexo Único da Resolução CGSN nº 58 de 27 de abril de 2009, que relaciona a relação positiva dos CNAES (Código Nacional de Atividade Econômica) possíveis de serem MEI.

CARACTERIZAÇÃO DE RISCO DIFERENCIADO DOS MEI DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO

Resolução CG – CADEMP nº 01 de 30 de junho de 2009, que define as atividades de baixo risco dispensadas das autorizações e licenciamentos prévios dos órgãos estaduais de fiscalização (especificamente para a figura do MEI).

LICENCIAMENTO AUTOMÁTICO PARA AS ATIVIDADES MEI DE BAIXO RISCO

Decreto Estadual nº 54.498 de 30 de junho de 2009, que estabelece que os MEI que se registrarem no portal do empreendedor, cuja atividade seja de baixo risco, está automaticamente licenciado para o exercício da atividade.

B - Adequar Sistema Jurídico Municipal

Para que as leis estaduais e federais possam ser viabilizadas dentro do município, alguns temas básicos devem ser observados. De forma simplificada, seriam:

- Não cobrança de taxas municipais para licenciamento da atividade MEI
- Não cobrança de taxas para as atividades MEI já licenciadas
- Procedimentos simplificados de licenciamento
- Criação da Sala do Empreendedor (ou outra sistemática semelhante de apoio aos e MEIs)
- Instituir oficialmente a figura do Alvará (autorização) provisória de funcionamento
- Vincular tributação às leis estaduais e federais existentes
- Acesso à compras públicas
- Estipular fiscalização orientadora

Estes são temas básicos que devem constar nas adaptações jurídicas de cada município. São Caetano do Sul desenvolveu outros pontos em seu sistema legislativo, a fim de tornar o ordenamento jurídico moderno e conveniente para os próximos anos. Foram eles:

- Incentivo ao associativismo
- Estímulo ao Crédito e Capitalização
- Estímulo à inovação
- Acesso à justiça
- Educação Empreendedora e Acesso à Informação
- Vinculou os temas do MEI às Micro e Pequenas Empresas, ampliando o leque dos beneficiários das novas leis criadas
- Desenvolveu de forma detalhada na lei um capítulo referente às compras públicas das Micro e Pequenas Empresas
- Extinguiu taxas de licenciamento, registro, alterações e fechamento de inscrições municipais, consultas de zoneamento e alvarás de funcionamento de TODAS as categorias de empresas.



Segue a baixo as leis criadas pelo Município:

ISENÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS

Lei Municipal nº 4. 651 de 04 de junho de 2008 (ANEXO 1) e Decreto nº 9.725 de 16 de junho de 2008 (ANEXO 2), deliberam sobre a isenção do pagamento das taxas municipais para abertura, registro e alteração de dados das empresas em São Caetano do Sul.

MEI EM SÃO CAETANO DO SUL

Lei nº 4.660 de 25 de junho de 2008 (ANEXO 3), estipula tratamento diferenciado e favorecido ao micro empreendedor individual e às micro e pequenas empresas.

PASSO 4 – ADAPTAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA

Estabelecidas as devidas alterações jurídicas (suspensão das taxas e simplificação do processo), assim como a forma como o grupo das instâncias municipais pretende desenvolver as ações, a Prefeitura terá condições e parâmetros para realizar as adaptações necessárias.

O processo de abertura pode ser realizado pelas mesmas instâncias responsáveis pelas aberturas das outras categorias de empresas, mas solicitando documentação simplificada aos solicitantes.

Como existe a lista dos CNAES permitidos para os MEI (Anexo Único da Resolução CGSN nº 58 de 27 de abril de 2009), assim como a configuração do grau de risco destas atividades e a forma como tratá-las (Resolução CG – CADEMP nº 01 de 30 de junho de 2009 e Decreto Estadual nº 54.498 de 30 de junho de 2009), basta às instituições fiscalizadoras adequarem-se Às exigências, e cederem os alvarás de forma diferenciada.

Cada prefeitura possui sistemas muito específicos de controle e licenciamento das atividades empresariais, desta forma, este manual não entrará em detalhamentos. No entanto, como título de exemplo, iremos relacionar as adaptações realizadas em São Caetano do Sul.

No município, além das modificações mínimas necessárias para viabilizar a atuação da categoria MEI na cidade, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- ❖ Sistema de integração entre as instâncias municipais para licenciamento do MEI, em que através dele, as informações quanto a deferimentos e indeferimentos da atividade do MEI circulassem por um sistema intranet, sem a necessidade da circulação dos processos administrativos em papel, dando mais velocidade e eficiência para a autorização da atividade em São Caetano do Sul.
- ❖ Termo de Adesão, que estabelece alguns pontos a serem observados pelo novo micro-empresendedor individual, como vistorias orientadoras, vistorias na residência (caso a atividade seja cadastrada na residência da pessoa), respeito às leis do silêncio, zoneamento, entre outros pontos (Termo de adesão – ANEXO 4)
- ❖ Certificações obrigatórias em boas práticas sanitárias para as atividades de estética e manipulação de alimento. Tal certificação é necessária para o licenciamento das atividades que exercem estas atividades, e cumpre com as exigências jurídicas de fiscalização orientadora propostas para o MEI. Apostilas foram especificamente desenvolvidas para apoio à certificação (ANEXO 5), e pagas por empresas que patrocinaram a iniciativa.
- ❖ Certificações opcionais em gestão de negócios para todas as atividades que se licenciarem como MEI. Realizadas em parceria com o SEBRAE – Regional Grande ABC, o módulo em gestão trás práticas de gerência e de plano de negócios, para amenizar a tão alta estatística de mortalidade de empresas com antes de 1 ano de atividade. Apostilas foram especificamente desenvolvidas para apoio à certificação (ANEXO 6), e pagas por empresas que patrocinaram a iniciativa.
- ❖ Placa MEI e Cartão MEI – Placa em PVC e cartão de identificação MEI (como um cartão de crédito), para estímulo à formalização e visibilidade à atividade, sem a incidência das taxas de publicidade. Placas possuem baixo custo, e serão pagas pela própria prefeitura (sairá do orçamento da SEDERT)



Placas MEI



Cartão MEI

PASSO 5 – BUSCAR O PÚBLICO ALVO

Para o pleno desenvolvimento do que pode ser a figura do MEI em uma cidade, as ações da Prefeitura devem extrapolar as esperas administrativas internas.

Devido à característica desta nova categoria, o público alvo potencial a ser MEI, geralmente as classes menos favorecidas dos cidadãos, deve ser alcançado de forma diferenciada, e uma estratégia específica deve ser desenvolvida. E-mails e artigos em jornais não fazem parte de um bom projeto de disseminação da informação.

No município de São Caetano do Sul, a divulgação das ações foi realizada pela própria Secretaria de desenvolvimento Econômico, que utilizou a estratégia de disseminação através de multiplicadores. Em contato com as esperas tradicionalmente responsáveis pelo relacionamento com as classes mais baixas (Fundo Social de Solidariedade, Assistência Social, Frente de Trabalho), foram realizados encontros entre a SEDERT e os líderes comunitários e religiosos, para que estes multiplicassem e disseminassem a informação ao público que eles tinham bom alcance.



Celso Amâncio, explicando o MEI aos líderes comunitários do Bairro Olímpico

Faixas nas ruas também resultam efeito positivo.

Contudo, para dar suporte às ações, é necessário um telefone e um local, com funcionário especializado no tema, para prestar informações aos interessados. Este funcionário pode ser da Prefeitura, Sebrae, Associação comercial, ou qualquer órgão que possua informações atualizadas sobre o tema, e funcionário capacitado para auxiliar este público tão específico.

PASSO 6 – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO COM CONTADORES

Devido a forma como foi instituído o MEI nacionalmente, verificou-se que os contadores, apesar de serem um ponto extremamente importante no processo, ainda estavam “por fora” de tudo o que estava acontecendo em relação à discussão do novo processo de abertura.

Verificou-se também, que, com a falta do Integrador Estadual² no site do Portal do Empreendedor, o contador teria um papel ainda mais importante, pois ele, no momento do registro do CNPJ (cadastro nacional de pessoa jurídica) e NIRE (número de identificação de registro de empresa) do interessado, deve já possuir alguma informação quanto a restrição de certas atividades no município, lei de zoneamento e

² O Integrador Estadual é um sistema em informática que remeteria a informação do solicitante à cada Estado e Município para que, antes das inscrições na Receita Federal e na Junta Comercial, ele verificasse se o zoneamento urbano permitisse àquela atividade no local cadastrado pelo solicitante.



uso do solo e outros detalhes, a fim de que ele não inscreva o solicitante, que será impedido futuramente pela Prefeitura a exercer a atividade empresarial.

Desta forma, a organização de encontro com os representantes contábeis, para prestação de esclarecimentos sobre o processo de licenciamento na cidade (incluindo os diferenciais agregados ao processo licitatório), além de outros esclarecimentos (detalhes legislativos, papel do contador, especificidades do MEI, impostos incidentes, etc), é fundamental para evitar risco de problemas futuros com desenquadramentos e atritos com os munícipes.

No caso de São Caetano do Sul tais encontros foram muito oportunos, pois o grau de informação quanto ao MEI era bastante deficiente entre as partes, e o poder público juntamente com os contadores puderam se auto-ajudar e encontrar caminhos menos tortuosos para o bom desenvolvimento dos trabalhos, para ambas as partes.



Especialista SEBRAE em encontro com contadores



Encontro com representantes dos contadores da cidade

Além disso, foi realizado plantão de contadores no município, para que as pessoas que já tinham realizado as certificações (boas práticas sanitárias de estética e manipulação de alimentos, e gestão de negócios), pudessem passar seus dados aos contadores, para que estes fizessem o cadastramento futuro no portal do empreendedor.



Plantão dos contadores em SCS

PASSO 8 –DISSEMINAÇÃO

Um evento, encontro ou fórum que marque efetivamente que a administração municipal está pronta para o novo cadastramento da categoria MEI é fundamental, pois irá atrair novos solicitantes, e assim cumprir o objetivo de cadastrar e formalizar o maior número possível de MEI's no município. O próprio governo do Estado estipulou algumas metas, para estimular os municípios a incentivar a formalização.

Além disso, tal evento é marco para os próprios funcionários da administração pública que muitas vezes são resistentes às mudanças, e desta forma teriam claro que as adaptações realizadas são legítimas e devem ser seguidas com profissionalismo.

O exemplo de São Caetano do Sul revelou que após o evento, a procura por informações em relação ao MEI aumentou consideravelmente, mesmo que as instâncias federais e estaduais não tenham iniciado campanha de divulgação, provavelmente devido ao atraso da acessibilidade ao “portal do Empreendedor”, que viabilizaria o cadastramento para o CNPJ e NIRE.



Prefeito de São Caetano do Sul, apoiando a iniciativa



Celso Amâncio, Secretário da SEDERT, entregando as Placas MEI

A SEDERT aproveitou a ocasião do evento, e entregou as placas MEI aos solicitantes que já haviam passado pela Certificação e cujas atividades já estavam autorizadas. Contudo, devido aos problemas no portal federal, que impossibilitou a emissão do CNPJ e NIRE, não foi possível a Prefeitura entregar os Alvarás de Funcionamento. Contudo, o evento foi totalmente satisfatório e alcançou os resultados pretendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este passo a passo para o desenvolvimento das ações necessárias para viabilizar o cadastramento da categoria MEI nos municípios foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, baseado na experiência de São Caetano do Sul, que foi considerada como de grande sucesso pelos municípios vizinhos.

Esta ação de disseminação da experiência também faz parte do convênio que a Prefeitura de São Caetano do Sul firmou com o Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (FUMIN/ BID)³: "Programa de Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul". Este convênio tem como meta desenvolver o potencial das micro e pequenas empresas, e as ações referentes ao MEI foram desenvolvidas em seu âmbito.

³ Mais informações sobre a sistemática de convênios com FUMIN/ BID: <http://www.iadb.org/?lang=pt>.

ANEXO 1

Lei Municipal nº 4.651 de 04 de junho de 2009



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 6229/77 – IV Vol.

LEI Nº 4.651 DE 04 DE JUNHO DE 2008

**“REVOGA OS ARTIGOS 100 A 103 DA LEI Nº 2.454, DE 17 DE OUTUBRO DE 1977
E O ARTIGO 3º DA LEI Nº 3.041, DE 08 DE MARÇO DE 1990, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR, Prefeito Municipal de São Caetano do Sul,
no uso das atribuições que lhe são próprias e, nos termos do artigo 69, inciso XI, da
Lei Orgânica do Município de São Caetano do Sul,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e
promulgou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam revogados os artigos 100 a 103 da Lei nº 2.454, de 17 de outubro
de 1977.

Artigo 2º - Fica revogado o artigo 3º da Lei nº 3.041, de 08 de março de 1990, que
determinou a substituição da Tabela VIII da Lei nº 2.454, de 17 de
outubro de 1977, pela Tabela II da Lei nº 3.041, de 08 de março de
1990.

Artigo 3º - Os valores ou a gratuidade dos preços públicos relativos aos serviços
abaixo relacionados e de outros de mesma natureza prestados pela
Prefeitura do Município de São Caetano do Sul serão estabelecidos por
Decreto do Poder Executivo:

- I - expedição de certidões e atestados em geral;
- II - protocolização de requerimentos, petições ou documentos;
- III - busca e desarquivamento de processos;
- IV - pedidos de abertura, alteração, transferência, averbações em
geral e encerramento de empresas individuais, sociedades e
associações em geral;
- V - pedidos de 2ª via de documentos;
- VI - valores de extração de cópias reprográficas.

Artigo 4º - As despesas com a execução da presente Lei
correrão por conta de dotações orçamentárias próprias,
suplementadas se necessário.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Proc. nº 6229/77 – IV Vol.
fls.02-

-

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 04 de junho de 2008, 131º da fundação da cidade e 60º de sua emancipação Político-Administrativa.

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR
Prefeito Municipal

SILMARA REGINA CUEL
COIMBRA
Diretora de Administração

Publicada na Seção de Documentação e Estatística, na mesma data.

GISLEINE AIDA GALANTI
Resp. p/Exp. D.A.1.

ANEXO 2

**Decreto Municipal nº 9.725 de 16 de junho de
2008**



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 9.725 DE 16 DE JUNHO DE 2008

**“FIXA VALORES DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS
PRESTADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE SÃO CAETANO DO SUL, DE QUE TRATA O
ARTIGO 3º DA LEI Nº 4.651, DE 04 DE JUNHO DE
2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR, Prefeito do Município de São Caetano do Sul, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII do artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:-

Artigo 1º - Ficam aprovados os preços dos serviços relacionados no artigo 3º da Lei nº 4.651 de 04 de junho de 2008, constantes da Tabela I que integra o presente Decreto.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 16 de junho de 2008,
131º da fundação da cidade e 60º de sua emancipação Político-Administrativa.

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR
Prefeito Municipal

SILMARA REGINA CUEL
COIMBRA
Diretora de Administração

Publicado na Seção de Documentação e Estatística, na mesma
data.

GISLEINE AIDA GALANTI
Resp. p/Exp. D.A.1.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 6229/77 – VI Volume

- Fls. 02 -

Decreto nº 9.725

TABELA I

Item	Descrição do Serviço	Valores dos preços públicos
01	Elaboração de Certidões e atestados em geral, inclusive certidões tributárias informativas, negativas, positivas ou positivas com efeito de negativas, relativas a tributos municipais em geral (certidões cadastrais, de valor venal de imóvel, débitos tributários e outras), ressalvadas as hipóteses constantes no item 1.1 abaixo e respectivos subitens:	Isento de pagamento
1.1	Certidões e Atestados emitidos pelo DUOH:	
1.1.1	Certidão de Numeração do Imóvel:	R\$ 9,00
1.1.2	Certidão de Denominação de Rua:	R\$ 9,00
1.1.3	Certidão de Áreas e Datas:	R\$ 9,00
1.1.4	Certidão de Desmembramento:	R\$ 54,00
1.1.5	Certidão de Medidas e Confrontações:	R\$ 27,00
1.1.6	- Atestado de Capacidade Técnica	R\$ 9,00
02	Requerimento ou petição protocolizada no Protocolo Geral ou nos Protocolos Seccionais, independente do número de folhas desta ou dos documentos, papéis, plantas ou outros elementos de instrução que a acompanham e respectiva juntada ao processo	Isento de pagamento
03	Busca e desarquivamento de processos, papéis arquivados ou entranhados em processo ou de dados constantes em livros	Isento de pagamento
05	Desentranhamento de documentos em geral	Isento de pagamento
06	Abertura de empresas, alteração de sócios, razão social, atividade, endereço, encerramento ou reabilitação de empresas em geral (comércio, indústria, serviços), autônomos e entidades sem fins lucrativos	Isento de pagamento
07	2ª via de documentos ou de tributos municipais	Isento de pagamento
08	Extração de cópia reprográfica comum – por página:	R\$ 0,20
09	Cópias de mapas – DUOH:	
9.1	Mapa da cidade por bairros sulfite colorido A1:	R\$ 9,30
9.2	Mapa da cidade por bairros sulfite colorido A0:	R\$ 20,00
9.3	Mapa de zoneamento A0:	R\$ 20,00
9.4	Planta Aérea A0:	R\$ 7,80
9.5	Planta Aérea A1:	R\$ 5,80
9.6	Planta Aérea A2:	R\$ 4,30
10	Registro de Profissional ou empresa - DUOH	R\$ 65,73
11	Emissão de Cartão Cadastral - DUOH	R\$ 65,73
12	Transferência de titularidade de barraca de feiras livres	Isento de pagamento

ANEXO 3

Lei Municipal nº 4.660 de 25 de junho de 2008



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

LEI Nº 4.660 DE 25 DE JUNHO DE 2008

“ESTABELECE NORMAS GERAIS CONFERINDO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AO MICRO-EMPREENDEDOR INDIVIDUAL E ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/06, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR, Prefeito Municipal de São Caetano do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso XI, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

CAPÍTULO 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estabelece normas gerais conferindo tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual, às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme legalmente definidas, no âmbito do Município, em especial ao que se refere:

- I - aos benefícios fiscais dispensados às micro e pequenas empresas;
- II - à preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
- III - à inovação tecnológica e à educação empreendedora;
- IV - ao associativismo e às regras de inclusão;
- V - ao incentivo à geração de empregos;
- VI - à desburocratização, simplificação dos trâmites para inscrição e baixa de empresas e ao incentivo à formalização de empreendimentos.

Artigo 2º - Para gerir o tratamento diferenciado e favorecido de que trata o artigo 1º desta Lei será criado COMITÊ GESTOR MUNICIPAL.

§ 1º - O Comitê Gestor Municipal será composto por representantes dos seguintes órgãos, em número a ser estabelecido por Decreto do Poder Executivo, sendo os membros nomeados por Portaria do Prefeito:

- I - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - COMDEC, que o presidirá e ao qual se vinculará;
- II - Departamento de Economia e Finanças - DE;
- III - Departamento de Planejamento - DEPLAN;
- IV - Departamento de Assuntos Jurídicos - DAJ;
- V - representantes de entidades da sociedade civil.

§ 2º - Com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento de suas atividades, o Comitê Gestor Municipal poderá convidar representantes de outras Diretorias e entidades para participar em suas reuniões.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.02-

- § 3º - Compete ao Comitê Gestor Municipal implantar, coordenar e manter atualizada a Sala do Empreendedor.

- Artigo 3º - Para as hipóteses não contempladas nesta Lei, serão aplicadas as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO 2 DEFINIÇÃO DE PEQUENO EMPRESÁRIO, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

SEÇÃO I

DO PEQUENO EMPRESÁRIO

- Artigo 4º - Para os efeitos desta Lei, considera-se pequeno empresário ou microempreendedor individual, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/06, que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), consoante o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e no Artigo 20 do Decreto Estadual nº 52.228/07.

- § Único - Não poderá se enquadrar como empresário individual a pessoa natural que:
- I - possua outra atividade econômica;
 - II - exerça atividades de natureza intelectual, científica, literária ou artística.

SEÇÃO II DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- Artigo 5º - Para os efeitos desta Lei, considera-se Microempresa e Empresa de Pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do disposto no artigo 3º e parágrafos da Lei Complementar Federal nº 123/06, desde que:

- I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);
- II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

- § 1º - Considera-se receita bruta, para fins do disposto no *caput* desse artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.03-

- § 2º - Não se inclui no regime desta Lei, as pessoas jurídicas definidas nos incisos I a X do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO 3 DA INSCRIÇÃO E BAIXA

- Artigo 6º - A Administração Municipal determinará a todos os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que os procedimentos sejam simplificados de modo a evitar exigências ou trâmites redundantes, tendo por fundamento a unicidade do processo de registro e legalização de empresas.
- Artigo 7º - Deverá a Administração Municipal, à partir da implantação de cadastros sincronizados ou banco de dados nos demais entes federativos, firmar convênio, para a disponibilização do sistema.
- Artigo 8º - A Administração Municipal permitirá o funcionamento de atividades comerciais ou de prestação de serviços em residências, desde que estejam de acordo com as Normas Municipais de Postura (Saúde e Vigilância Sanitária, Zoneamento e Meio Ambiente).
- Artigo 9º - Com o objetivo de orientar os empreendedores e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no Município, a administração poderá criar ambientes sob a denominação de "Sala do Empreendedor", com a finalidade de prestar orientação e assessoria, disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e respectivo alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais, encaminhar e acompanhar pedidos de certidões de regularidade fiscal, tributária, dentre outros serviços.
- § Único - Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá firmar parcerias com outras instituições, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.
- Artigo 10 - A Administração Municipal poderá instituir a Autorização Provisória de Funcionamento, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.
- § 1º - O alvará previsto no *caput* deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais, de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, os quais dispõem de regras próprias conforme definido em Lei.
- § 2º - O pedido de Autorização Provisória de Funcionamento deverá ser precedido pela expedição do formulário de consulta prévia para fins de localização.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.04-

- § 3º - O formulário de aprovação prévia ficará disponibilizado no *site* do município.
- § 4º - As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas nesta Lei, quando da renovação do Alvará de Funcionamento, desde que permaneçam na mesma atividade empresarial (CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas), no mesmo local e sem alteração societária, terão sua renovação pelo Poder Público Municipal automaticamente e independentemente do pagamento de eventuais taxas ou tarifas correspondentes.
- § 5º - Sob qualquer hipótese do parágrafo anterior ou qualquer outro dispositivo desta Lei, não poderá haver impedimento à ação fiscalizadora do Poder Público Municipal junto às microempresas e empresas de pequeno porte, podendo este ainda, sempre por decisão fundamentada, revogar a qualquer tempo o Alvará de Funcionamento concedido, independentemente do período ou renovação ocorrida.
- Artigo 11 - Os órgãos e entidades competentes definirão, em 60 (sessenta) dias, contados da expedição pelo Comitê Gestor do Simples Nacional da resolução própria, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto ao meio ambiente e à saúde, exigindo vistoria prévia.
- Artigo 12 - A Autorização Provisória de Funcionamento poderá ser cassada se:
- I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;
 - II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade e;
 - III - ocorrer infração às posturas municipais.
- Artigo 13 - As empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta Lei, terão 90 (noventa) dias para realizarem o recadastramento e nesse período poderão operar com alvará provisório.
- Artigo 14 - As Micro e Pequenas Empresas que se encontrem sem movimento há mais de 03 (três) anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das declarações, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos, através dos meios legais.

CAPÍTULO 4 DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

- Artigo 15 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência do Município, devido pelas microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Simples Nacional, será apurado e recolhido de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e regulamentação expedida pelo Comitê Gestor Nacional do Simples, referentes ao cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas a esse imposto.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.05-

- Artigo 16 - Por força do disposto no artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e empresa de pequeno porte inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros, multa de mora e de ofício previstas para o Imposto de Renda.
- § Único - Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, porém não optantes no Simples Nacional, os dispositivos do Código Tributário Municipal e demais legislação municipal vigente.
- Artigo 17 - As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não poderão apropriar-se nem transferir créditos ou contribuições nele previstas, bem como, utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.
- § 1º - No caso dos serviços previstos no § 2º do artigo 6º da Lei Complementar Federal nº 116 de 31/07/2003, prestados por microempresas e pelas empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado que será abatido do valor a ser recolhido nos moldes da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- § 2º - Para as hipóteses de operações mistas de prestação de serviços com venda e/ou industrialização de mercadorias pelo contribuinte, deverá o Poder Público Municipal, observar o disposto pelo Comitê Gestor Nacional do Simples – CGNS.
- Artigo 18 - Poderão ser aplicados os incentivos fiscais municipais às empresas e ao empreendedor individual incursos nesta Lei, desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidas.

CAPÍTULO 5 DO ACESSO AO MERCADO

SEÇÃO I ACESSO ÀS COMPRAS PÚBLICAS

- Artigo 19 - Nas contratações públicas do Município, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, terão tratamento diferenciado e simplificado, objetivando o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.
- § 1º - O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições estabelecidas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no artigo 5º desta Lei, devendo ser exigido dessas empresas a declaração, sob as penas da Lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 daquela Lei Complementar nº 123/06.
- § 2º - A identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a dificultar a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.06-

- Artigo 20 - Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município deverá:
- I - incentivar o cadastramento de microempresas e empresas de pequeno porte, junto à Municipalidade, nos moldes do cadastro de fornecedores já existente, e ainda, junto à Bolsa Brasileira de Mercadorias, objetivando a participação nos pregões eletrônicos, de forma que possam ser contatados, todas as vezes em que a Administração pretender adquirir bens e serviços ou executar suas obras;
 - II - divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do Município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;
 - III - o Conselho de Desenvolvimento Econômico, por meio da Sala do Empreendedor, fará as divulgações e prestará as orientações necessárias às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte quanto às especificações e exigências da Administração para as contratações.
- Artigo 21 - A Administração Municipal não deverá utilizar, na definição do objeto da contratação, especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente.
- Artigo 22 - Para habilitação nas licitações promovidas pelo Município para fornecimento de bens para pronta entrega, serviços imediatos e execução de obras, de pequeno valor, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar os documentos abaixo elencados:
- I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
 - II - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
 - III - Certidão Negativa de Débito perante o INSS;
 - IV - Certidão de Regularidade Fiscal relativo ao FGTS;
 - V - Certidão de Tributos Municipais Mobiliária ou Imobiliária.
- Artigo 23 - Nas licitações públicas do Município, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida somente para efeito de assinatura do contrato ou instrumento equivalente e não como condição para participação da licitação.
- § 1º - Na fase de habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento da licitante e à critério da Administração Pública Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, apresentando a devida comprovação de tais atos.
- § 2º - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.07-

Artigo 24 - Nas licitações para fornecimento de bens, serviços e obras, os órgãos e entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de desclassificação, determinando:

- I - o percentual de exigência de subcontratação, de até trinta por cento do valor total licitado, facultada à empresa a subcontratação em limites superiores, conforme o estabelecido no edital;
- II - que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- III - que, no momento da habilitação, deverá ser apresentada a documentação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do artigo 4º;
- IV - que a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- V - que a empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

§ 1º - Deverá constar ainda do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

- I - microempresa ou empresa de pequeno porte;
- II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 1993;
- III - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

§ 2º - Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

§ 3º - O disposto no inciso II do *caput* deste artigo deverá ser comprovado no momento da aceitação, quando a modalidade de licitação for pregão, ou no momento da habilitação nas demais modalidades.

§ 4º - Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, devidamente justificada.

§ 5º - É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.08-

- § 6º - Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- Artigo 25 - A Administração Pública para aquisição de bens e serviços, deverá privilegiar o parcelamento do objeto, quando sua natureza for divisível e legalmente possível, garantindo a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que cumpridas as disposições do edital de licitação.
- § 1º - Não havendo Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte declaradas vencedoras para o lote ou item, objeto da licitação, a adjudicação se fará com as demais empresas participantes.
- § 2º - O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.
- § 3º - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.
- Artigo 26 - Nas licitações do tipo menor preço será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- § 1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada ou de menor preço.
- § 2º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Artigo 27 - Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o contrato em seu favor;
 - II - na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- § 1º - Não se aplica o sorteio disposto no inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.09-

- § 2º - No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.
- § 3º - Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou entidade contratante, e estar previsto no instrumento convocatório.
- Artigo 28 - A Administração Pública Municipal poderá realizar processo licitatório destinado preferencialmente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- Artigo 29 - Não se aplica o disposto nos Artigos 20 ao 28 quando:
- I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;
 - II - não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

SEÇÃO II ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL

- Artigo 30 - A Administração Municipal promoverá, quando possível, a realização de feiras de produtores e artesãos, incentivos às rodadas de negócio e encontros empresariais, e oferecimento dos meios necessários para que as empresas locais divulguem seus produtos em outras localidades, através de exposições.

CAPÍTULO 6 DAS RELAÇÕES DO TRABALHO

- Artigo 31 - As microempresas serão estimuladas pelo Poder Público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.
- Artigo 32 - O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com Sindicatos, Universidades, Hospitais, Centros de Saúde, Centros de Referência do Trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região, e por meio do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal e demais parceiros poderá promover a orientação das microempresas e empresas de pequeno porte, em Saúde e Segurança no Trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.10-

- Artigo 33 - O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com Sindicatos, Universidades, Associações Comerciais, para orientar as microempresas e as empresas de pequeno porte quanto aos benefícios, vantagens e obrigações oferecidos pela Lei Complementar Federal nº 123/06.

CAPÍTULO 7 DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

- Artigo 34 - A fiscalização municipal nos aspectos tributário, de uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança relativos às microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.
- § 1º - Nos moldes do *caput* deste artigo, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de duas visitas para lavratura de autos de infração.
- § 2º - Nas visitas de fiscais poderão ser lavrados, se necessários, termos de ajustamento de conduta, observados os prazos legais.

CAPÍTULO 8 DO ASSOCIATIVISMO

- Artigo 35 - A Administração Pública Municipal estimulará a organização de empreendedores fomentando o associativismo, cooperativismo e consórcios, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável.
- § 1º - O associativismo, cooperativismo e consórcio referidos no *caput* deste artigo referem-se ao aumento de competitividade e a inserção em novos mercados internos e externos, por meio de ganhos de escala, redução de custos, gestão estratégica, maior capacitação, acesso ao crédito e a novas tecnologias.
- § 2º - É considerada sociedade cooperativa, para efeitos dessa Lei, aquela devidamente registrada nos órgãos públicos e entidades previstas na legislação federal.
- Artigo 36 - O Poder Executivo poderá adotar mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do(a):
- I - estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do Município, visando o fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;
 - II - incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais, relacionadas a vocação do Município, por meio de associações e cooperativas;
 - III - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do Município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.11-

- IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas ao comércio exterior;
- V - apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo.

CAPÍTULO 9 DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E CAPITALIZAÇÃO

- Artigo 37 - A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das Empresas de Micro e Pequeno Porte, poderá reservar em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.
- Artigo 38 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Osci's dedicadas ao microcrédito, com atuação no âmbito do Município ou região.
- Artigo 39 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no Município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO 10 DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO

- Artigo 40 - Para os efeitos desta Lei considera-se:
 - I - inovação: a concepção de um novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique em melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado;
 - II - incubadora de empresas: ambiente destinado a abrigar microempresas e empresas de pequeno porte, cooperativas e associações nascentes em caráter temporário, dotado de espaço físico delimitado e infraestrutura, que oferece apoio para consolidação dessas empresas;
 - III - parque tecnológico: empreendimento implementado na forma de projeto urbano e imobiliário, com delimitação de área para a localização de empresas, instituições de pesquisa e serviços de apoio, para promover pesquisa e inovação tecnológica e dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais intensivas em conhecimento;
 - IV - condomínio empresarial: edificação ou conjunto de edificações destinadas a atividade industrial ou de prestação de serviços ou comercial, na forma da Lei.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.12-

- Artigo 41 - O Poder Público Municipal poderá instituir por Lei, o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica – FMIT, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica no Município e de incentivar as empresas nele instaladas a realizar investimentos em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação.
- Artigo 42 - O Poder Público Municipal divulgará, anualmente, a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e à capacitação tecnológica que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Município.
- Artigo 43 - O Poder Público Municipal poderá conceder incentivos fiscais municipais, a serem definidos em Lei, a título de apoio ao investimento produtivo e à inovação tecnológica, efetuados por empresas estabelecidas ou que venham a se estabelecer no Município.
- Artigo 44 - O Poder Público Municipal poderá manter programa de desenvolvimento empresarial, inclusive instituindo incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.
- § Único - A implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no *caput* deste artigo poderá ser realizada pela Prefeitura Municipal, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de ensino e apoio.
- Artigo 45 - O Poder Público Municipal poderá conceder incentivos a serem definidos em Lei, para a constituição de condomínios empresariais e empresas de base tecnológica estabelecidas individualmente, bem como para as empresas estabelecidas em incubadoras.
- Artigo 46 - O Poder Público Municipal apoiará e poderá conceder incentivos às iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos no Município.

CAPÍTULO 11 DO ACESSO À JUSTIÇA

- Artigo 47 - O Município poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONG's, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e outras instituições semelhantes, a fim de fornecer orientação e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à Justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- Artigo 48 - Fica o Município autorizado a celebrar convênios ou parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando estimular a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.13-

- § 1º - Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.
- § 2º - O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.
- § 3º - Com base nas disposições do *caput* deste artigo, o Município também poderá firmar parcerias com o Poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.

CAPÍTULO 12 DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

- Artigo 49 - Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com instituições públicas e privadas, visando o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimento sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.
- § 1º - Estão compreendidos no âmbito do *caput* deste artigo ações de caráter curricular ou extra-curricular, voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.
- § 2º - Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação, concessão de bolsas de estudo, complementação de ensino básico público e particular, ações de capacitação de professores e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.
- § 3º - Na escolha do objeto das parcerias referidas neste artigo terão prioridade projetos que:
- I - sejam profissionalizantes;
 - II - beneficiem portadores de necessidades especiais, idosos ou jovens carentes;
 - III - estejam orientados para identificação e promoção de ações compatíveis com as necessidades, potencialidades e vocações do município.
- Artigo 50 - Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção.
- § Único - Compreendem-se no âmbito deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e particular e ações de capacitação de professores.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. nº 10580/2007

-fls.14-

- Artigo 51 - O Poder Público Municipal poderá implantar programa para fornecimento de infra-estrutura de comunicação e sinal de *Internet* em banda larga para pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais do Município, desde que presentes as condições técnicas e orçamentárias necessárias.
- Artigo 52 - O Poder Público Municipal poderá instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de Micro e Pequenas Empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à *Internet*.
- § Único - Compreendem-se no âmbito do programa referido no *caput* deste artigo: a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à *Internet*, o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação, a produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas, a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da *Internet*, a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias, o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação e a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

CAPÍTULO 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

- Artigo 53 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, no que couber, o disposto na Lei Complementar Federal nº 123/06 e no Decreto Estadual nº 52.228/07.
- Artigo 54 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.
- Artigo 55 - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Artigo 56 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 25 de junho de 2008, 131º da fundação da cidade e 60º de sua emancipação Político-Administrativa.

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR
Prefeito Municipal

SILMARA REGINA CUEL
COIMBRA
Diretora de Administração

Publicada na Seção de Documentação e Estatística, na mesma data.

GISLEINE AIDA GALANTI
Resp. p/Exp. D.A.1.

ANEXO 4

Termo de Adesão

**PEDIDO DE REGISTRO E CONCESSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE
EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

(nos termos dos arts. 4º, 7º e 18-A da Lei Complementar 123/2006, com as alterações promovidas da Lei Complementar 128/2008; de acordo com o art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil;)

Nome

Endereço

CNPJ

Atividade Econômica

Venho por meio do presente, requerer a concessão de meu ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, nos termos do art. 7º da Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 128/2008, declarando sob as penas da lei, especialmente sob pena de suspensão ou revogação do alvará concedido que:

- 1 - minha receita bruta, no ano-calendário anterior, foi de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), e não estou impedido de optar pela Simples Nacional (para empresários já registrados);
- 2 - estou ciente do limite de que trata R\$ 3.000,00 (três mil reais) de receita bruta, multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro (para empresários em início de atividades);
- 3 - a sede de minha atividade não está instalada em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária;
- 4 - em que pese a atividade seja desenvolvida em minha residência, ela não gera grande circulação de pessoas e que não utilizarei o endereço para exposição externa de meus produtos e mercadorias, servindo o endereço apenas para fixação de domicílio, nos termos do caput do art. 72 da Lei 10.406/2002 - Código Civil e como "Ponto de Contato" e localização para a administração pública e fornecedores e clientes;
- 5 - que não possuo mais de um estabelecimento ou não desenvolvo a atividade em mais de um local e, ainda, que não exercerei minha atividade em locais públicos nos limites do Município de São Caetano do Sul (ruas, praças, avenidas, estabelecimentos públicos) ou de qualquer outro município que não admita a atividade em locais públicos, exceto se possuir licença especial para o uso do espaço público, conforme as posturas municipais próprias;
- 6 - que não participo de outra empresa como titular, sócio ou administrador;
- 7 - que não possuo empregado contratado e que, se eventualmente vier a contratar, só poderei contratar 01 (um) e seu salário não poderá ser superior a 01 (um) salário mínimo da categoria;
- 8 - que a atividade a ser realizado não perturbará o sossego público, com sons ou ruídos acima dos limites estabelecidos e horários permitidos pela lei do silêncio (das 22:00h às 06:00h, assim como a Lei Municipal 410/54 e suas alterações), tampouco com emissão de poluentes que afetem o meio ambiente ou interferência ao direito de vizinhança, nos termos do art. 1.277 a 1.281 da Lei 10.406/2002 - Código Civil e da lei municipal de zoneamento urbano, em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001);
- 9 - sendo empreendedor individual do setor alimentício comprometo-me a atender as normas de higiene e segurança alimentar, previstas na legislação sanitária vigente;
- 10 - sendo empreendedor individual do setor de embelezamento (Cabeleireiro, Manicure e Pedicure), comprometo-me a atender as normas de higiene, desinfecção e esterilização previstas na legislação sanitária vigente, bem como adquirir equipamento de esterilização necessário para a realização da atividade;
- 11 - por fim, autorizo inspeções e diligências de fiscalização sanitária, do corpo de bombeiros, de órgãos de defesa de interesses do consumidor e demais órgãos federais, estaduais e municipais de fiscalização de atividade econômicas no endereço registrado neste requerimento, nos locais de depósitos de materiais por mim indicados e/ou escritórios utilizados para desenvolvimento da atividade, com exceção dos espaços caracterizados exclusivamente

como minha residência, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial, nos termos do art. 5º, inciso XI da Constituição da República Federativa do Brasil.

Ainda, nos termos dos termos do art. 968, § 3º da Lei 10.406/2002 - Código Civil, DECLARO QUE ESTOU CIENTE de que, na hipótese de transformação de meu registro de empresário individual em sociedade empresária, pela admissão de sócio(s) e alterações necessárias no órgão competente pelo registro de empresa, o alvará eventualmente concedido perderá automaticamente a sua vigência e que, ainda, não constitui a concessão de alvará para o desenvolvimento de atividade como microempreendedor individual direito adquirido para a concessão de alvará para o desenvolvimento de atividade empresária no formato societário optado.

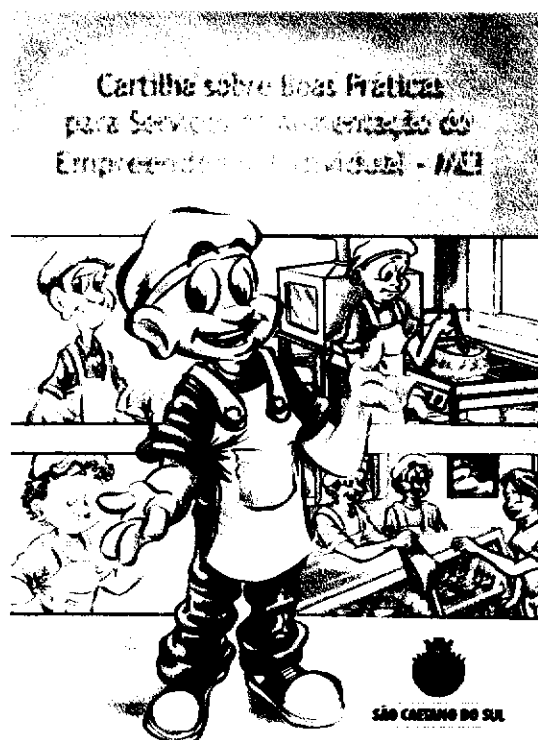
São Caetano do Sul, ____ de _____ de 2009

Assinatura: _____

CPF: _____

ANEXO 5

Apostilas Certificações Práticas Sanitárias



ANEXO 6

Apostila Certificações Gestão de Negócios

